



# 8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:  
do saber acadêmico à prática social"

Realização:  
**unesp**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
**PROEX**  
PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## Políticas arquivísticas em âmbito municipal: diagnóstico da produção documental da Prefeitura Municipal de Marília/SP.

Thalita Fernanda Leme, Miriam dos Santos, Profa. Dra. Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano: Campus de Marília, Unesp – Universidade de Filosofia e Ciências, Arquivologia, [thalitaleme@gmail.com](mailto:thalitaleme@gmail.com), Bolsa de Extensão- PROEX.

**Eixo:** "Direitos, Responsabilidades e Expressões para o Exercício da Cidadania" (inclui as áreas de: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Política e Economia).

### Resumo

O município é a instância administrativa onde ocorre a vida das comunidades e por isso é de extrema importância que seja implantado arquivo para a guarda e preservação de documentos que comprovam a história do município. O objetivo dessa pesquisa é identificar os conjuntos documentais arquivados pela Prefeitura Municipal de Marília/SP. Justifica-se no que é de responsabilidade do arquivo, a saber: a adequada identificação dos documentos e o tratamento técnico adequado a eles. A metodologia contempla pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, visando cumprir os objetivos. Por se tratar de uma pesquisa de grande dimensão será desenvolvida em etapas de modo a atingir os resultados esperados. A primeira fase contempla uma pesquisa bibliográfica sobre o tema gestão de arquivos municipais e a coleta de dados sobre as atribuições da Prefeitura Municipal de Marília.

**Palavras Chave:** Arquivo municipal, gestão documental, políticas arquivísticas.

### Abstract:

The city is the administrative level which occurs the life of communities and so it is extremely important to be deployed file for safekeeping and preservation of documents that prove the history of the city. The objective of this research is to identify sets of documents filed by the city of Marília. Is justified in that file is the responsibility of identifying the documents and give proper treatment to them. The methodology includes bibliographical research, desk research and field research, to comply with the objectives. Because it is a large-scale research will be developed in stages waiting to get expected results. The first phase includes a literature search on the topic managing municipal archives and the collection of data on the tasks of Marília City Hall.

**Keywords:** record management, archival policies

### Introdução

De acordo com Machado (2000, p.13) "Arquivo significa, antes demais nada, o conjunto de documentos naturalmente acumulados por pessoas ou instituições, em razão das atividades que desenvolvem ao longo de sua existência ou funcionamento".

Machado e Camargo aborda o conhecimento sobre a definição de arquivos municipais analisando o real significado da expressão municipal, referindo-se ao sentido original de poder público municipal, aqueles órgãos que exercem os poderes executivo e legislativo no âmbito do município. Conseqüentemente, os documentos municipais são documentos recebidos produzidos ou acumulados pela Prefeitura Municipal, representante do poder executivo e pela Câmara de Vereadores, representando o poder legislativo, no desempenho

de suas atribuições (MACHADO; CAMARGO, (2000, p. 14).

É, portanto, responsabilidade do Arquivo Municipal a custódia, o tratamento e a utilização dos documentos municipais para finalidades de pesquisa e administração.

A implementação de arquivos pela administração pública municipal é uma obrigação legal dos municípios, tendo em consideração a importância dos arquivos nas diversas instâncias da administração pública. Com isso o município fica sendo a instância administrativa onde ocorre a vida das comunidades. É ali que se desenvolve a cultura regional e onde se fortalecem laços sociais e culturais.

É importante lembrar que o termo "municipal" tem uma abrangência jurídica que para MACHADO (2000, p.16) pode confundir entidades de diferentes instâncias jurisdicionais que atuam na mesma circunscrição territorial. Alguns órgãos federais ou



# 8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:  
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX  
PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

estaduais, apesar de operarem no município, têm instância jurídica determinada pelo instância governamental a que atendem. Um caso comum é o de municípios requerem a guarda da documentação do Poder Judiciário acumulada nas diferentes comarcas, nas sedes dos municípios. O Arquivo Municipal pode receber essa documentação, desde que não exista interesse ou possibilidade dos órgãos do Judiciário de fazê-lo, não sendo porém natural que isto ocorra.

De acordo com a Lei de Arquivos brasileira a instalação de arquivos nos diversos âmbitos públicos é obrigatória, cabendo então aos municípios cumprirem esta lei dentro de sua instância de administração, cuja documentação é de caráter público.

Considera-se que com o aumento da necessidade de uma gestão mais eficaz na implantação de arquivos, surgiram outras leis como Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000) e da Lei de Acesso à informação (BRASIL, 2011), para ajudar na administração pública ampliando o controle administrativo e o acesso dos cidadãos à documentação.

Segundo Machado e Camargo, (2000) o arquivo municipal é a instituição responsável pelo tratamento dos conjuntos de documentos acumulados por órgãos dos poderes executivo e legislativo no âmbito da administração municipal direta e indireta.

A partir de uma pesquisa teórica e leituras sobre o tema aponta-se como problema da pesquisa o porquê os documentos dispersos e descentralizados de todas as secretarias e órgãos públicos da cidade atrapalham ou prejudicam a gestão da Prefeitura Municipal de Marília.

Com o contexto apresentado podemos perceber que uma boa gestão administrativa faz com que a sociedade chegue mais perto das informações públicas, e com a legislação favorável o arquivo municipal consegue preservar de forma adequada toda documentação, principalmente aquela de valor histórico, que tem uma importância ainda maior para a história do município e para os próprios cidadãos, usuários do arquivo.

Segundo BERNARDES, Ieda. P.; DELATORRE, H. (2008, p. 06), a falta de uma política de gestão pode não propiciar um bom trabalho no ambiente de arquivo, criando dificuldades ao acesso a informações, assim transformando o local em um depósito desorganizado.

Em um arquivo público, é importante também haver preocupação maior com documentos da administração que podem ter valor histórico, pois é

a partir destes documentos que valerão como prova de fatos importantes na história da cidade.

É no arquivo municipal que uma parte da cultura da região fica registrada trazendo uma ligação direta com a parte tanto cultural como social, lá é onde sabemos da vida dos cidadãos e das comunidades que estiveram no município.

Com isso, a proposição desta pesquisa é conseguir identificar os documentos arquivados pela Prefeitura, fazer um levantamento de todos os documentos dispersos de onde eles se encontram e como iremos encontrar, levando em consideração que existem documentos de valor histórico para preservação da memória do município, que precisam ser resgatados e recuperados para o tratamento adequado e guarda permanente no arquivo público a ser implantado.

## Objetivos

Tem-se como objetivo geral identificar os conjuntos documentais arquivados pela Prefeitura Municipal de Marília, dando atenção especial a aqueles que pode servir de valor histórico, no qual se encontram dispersos por diversos órgãos da administração, tendo então que localiza-los para o desenvolvimento da pesquisa. Com isso, a pesquisa contribui com a memória, resgatando a história da cidade e garante um atendimento legal sobre a preservação também dos conjuntos documentais de gestão.

Os objetivos específicos são:

- Realizar o levantamento da produção documental do município, a partir do estudo da estrutura administrativa atual e de sua evolução ao longo dos seus anos de existência, para que seja subsidiados estudos de gestão documental para essa documentação.

- Desenvolver diretrizes para implantação de Arquivo Público Municipal, voltadas à preservação de documentos da administração municipal, dando atenção maior à documentação encontrada que tenha valor histórico.

## Material e Métodos

A pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, contemplando pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, visando cumprir os objetivos propostos.

Para desenvolvimento da pesquisa serão realizadas as seguintes etapas:

Pesquisa bibliográfica em repositórios digitais e publicações, sobre a caracterização, composição e organização de arquivos municipais, no Brasil e exterior, considerando as boas práticas internacionais de gestão.



# 8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:  
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX  
PROGrama de Extensão Universitária

Pesquisa de legislação sobre a situação dos arquivos municipais no Brasil, incluindo a regulamentação legal sobre a obrigatoriedade de sua implantação e orientações técnicas específicas.

Pesquisa de campo, contemplando duas fases:

Na primeira será realizado o levantamento de locais em que estejam depositados documentos de valor histórico relativos à administração municipal. Para isso, serão realizadas entrevistas junto a servidores e usuários que possam fornecer informações sobre a existência de depósitos de documentos, sua localização e caracterização básica. Essa fase contempla também a realização de estudos sobre a história do município e a evolução da estrutura administrativa municipal.

Na segunda fase, dentre diversos locais identificados serão elencados aqueles que serão utilizados para levantamento inicial da documentação existente.

## Resultados Parciais e Discussão

Por ser uma pesquisa que está em andamento deverá evoluir em etapas de acordo com o levantamento bibliográfico que ajudou no início a entender a temática e o aprofundamento teórico em questões como políticas arquivísticas no âmbito municipal, a base teórica e exemplos de arquivos já implantados em municípios do Brasil. Posteriormente foi possível uma aproximação com a prefeitura Municipal de Marília, onde se pode ter uma base sobre a política municipal e o conhecimento da legislação.

O contato direto com a Prefeitura forneceu informações sobre as secretarias municipais de Marília e suas atribuições, trazendo conhecimento do âmbito interno e administrativo da Prefeitura, do qual foi acrescentada à pesquisa a atualização de todas as secretarias existentes conforme as leis, sendo elas: a Secretaria da Administração, Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal da Cultura, Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Turismo, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal da Fazenda, Secretaria Municipal de Governo, Trabalho e Inclusão, Secretaria Municipal da Juventude e Cidadania, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Obras Públicas, Secretaria Municipal de Economia e Planejamento, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Secretaria Municipal da Saúde, Gabinete do Prefeito e Procuradoria Geral do

Município. Dentre essas secretarias foi possível analisar as atribuições correspondentes e assim compreender o funcionamento de cada uma, contribuindo para o conhecimento aprofundado da gestão administrativa em modo geral trazendo assim o foco dos documentos criados e produzidos em âmbito público na cidade de Marília.

É importante também refletir sobre a situação atual do município de Marília, em relação à necessidade de implantação de um arquivo municipal. Marília possui hoje cerca de 230 mil habitantes, em estimativa do IBGE (2015). Poderíamos dizer que a cidade está passando por uma transição entre um município de médio porte para um de grande porte, o que torna ainda mais importante a existência de um arquivo público municipal, como instância administrativa responsável pela gestão documental.

Machado e Camargo analisam que existe uma desinformação generalizada sobre o papel do arquivo municipal para o desenvolvimento sócio-econômico-cultural do município por parte dos administradores e da sociedade. Por isso, seria muito importante a existência de parâmetros que recomendassem que tanto nas cidades de médio e grande porte, os arquivos sejam instalados como um órgão autônomo, uma autarquia ou fundação, que possam garantir autonomia administrativa e flexibilidade orçamentária (MACHADO, CAMARGO, 2000, p.37).

As autoras ainda destacam que essa desinformação impede que os representantes municipais percebam a importância dos arquivos como local de preservação dos "testemunhos da prática administrativa na condução dos negócios da municipalidade", sendo uma tendência geral a percepção do valor imediato dos documentos, como ferramenta administrativa, mas não percebem a existência de um valor histórico do acervo documental, importante para a construção da memória do município. Essa percepção equivocada é responsável pela destruição indiscriminada de documentos que poderiam contribuir fortemente para a reconstituição do passado municipal (MACHADO, CAMARGO, 2000)

No caso de Marília, a autonomia administrativa poderia garantir a existência de uma infraestrutura mínima centralizada, responsável por receber, organizar e controlar a documentação produzida e acumulada pelo município ao longo do tempo.

## Conclusões

Com a relevante consideração de que a criação do arquivo municipal é uma obrigação legal para o



# 8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:  
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX  
PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

município e também algo valioso para os cidadãos do município, trazendo para a cidade a possibilidade de reconstruir laços sociais e culturais, o arquivo é uma forma de preservar a história e guardar informações referentes a assuntos públicos gerais.

Outro aspecto não menos importante é que a implantação de arquivos municipais é legalmente obrigatória para os municípios. Podemos ressaltar o quanto é significativa a importância dos documentos públicos existentes nos arquivos das diversas instâncias da administração pública após o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela indica a necessidade de criação de instrumentos de gestão que garantam a transparência nas ações públicas, de modo a ampliar o controle sobre os públicos e sobre a utilização dos recursos em benefício da sociedade. É no arquivo municipal se se encontram os registros que permitem este controle.

Deste modo, demonstra-se a importância de resgatar os documentos de valor administrativo, documentos estes que comprovam fatos importantes ocorridos na cidade, tanto do ponto de vista da gestão municipal quanto do ponto de vista de sua história. Uma boa gestão e tratamento adequado neste sentido levam a confiar que o arquivo em um município contribui não só para a memória da sociedade como para a própria gestão administrativa que precisa e trabalha com informações o tempo todo.

## Agradecimentos

À PROEX pelo financiamento de pesquisa através de bolsa de extensão.

E aos funcionários da Prefeitura Municipal de Marília pela colaboração no levantamento de dados.

---

BRASIL. Lei 12527, de 18 de novembro de 2011. **Lei de Acesso à informação. Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 18.nov.2011. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm) Acesso em: 14.mai.2015

BERNARDES, Ieda. P.; DELATORRE, H. **GESTÃO DOCUMENTAL APLICADA.** São Paulo: Arquivo do Estado, 2008.

BRASIL. Lei 101, de 04 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 05 mai 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm) Acesso em 14.mai.2015.

IBGE. **IBGE Cidades.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352900&search=sao-paulo|marilia> Acesso em 10/08/2015.

MACHADO, Helena. C.; CAMARGO, Ana Maria de A. **COMO IMPLANTAR ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.** São Paulo: Arquivo do Estado, 2000.